

## PATRIMÔNIO E RECONHECIMENTO. BRASIL. 1937 – 2010

BITTENCOURT, Lucas Boeira

*UFPel, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Educação Tutorial – PET FAUrb.  
[lucas.faurb@gmail.com](mailto:lucas.faurb@gmail.com)*

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya

*UFPel, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Núcleo de Estudos em Arquitetura Brasileira –  
NEAB. [ester@ufpel.edu.br](mailto:ester@ufpel.edu.br)*

### 1 INTRODUÇÃO

A questão do patrimônio histórico se apresenta como fator substancial dentro do universo da Arquitetura e Urbanismo. Segundo a historiadora Françoise Choay, em **A Alegoria do patrimônio**, o culto que se rende hoje às questões patrimoniais deve merecer de nós mais do que simples aprovação, porque o mesmo se constitui de um elemento revelador de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra. Para a autora a palavra “patrimônio histórico” remete a uma instituição e ao mesmo tempo a uma mentalidade. No Brasil, para a arquiteta e urbanista Ana Lúcia Meira, na sua dissertação, **O passado no futuro da cidade**, a questão do patrimônio se inicia a partir da década de 1920 com a institucionalização de iniciativas de defesa do patrimônio em estados como Pernambuco e Bahia. Representantes do pensamento de vanguarda da época possibilitaram a intensificação da cultura de preservação patrimonial ampliando ações a nível federal, até a criação, em 1937 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e com a promulgação do Decreto-lei 25 – a lei de tombamento nacional, no mesmo ano. Paulo Afonso Leme Machado, mestre e doutor em direito ambiental, entende por tombamento a inscrição de um bem em um dos Livros do Tombo existentes no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN antigo SPHAN), ou no livro apropriado na repartição estadual ou municipal competente, protegendo-os através de legislação específica. Desde então essa prática vem sendo realizada a nível federal no Brasil pelo IPHAN, que na sua trajetória 1937-2010 já tombou cerca de 1010 bens, incluídos em quatro livros tomo.

Tendo como base o arquivo Noronha Santos o trabalho tem como objetivo apresentar um quadro geral dos reconhecimentos no país. Mostrar a distribuição físico-espacial desses bens no território nacional. Falar das linguagens mais freqüentes. Dizer dos usos, dos materiais e técnicas mais comuns. Dessa forma, além de colaborar com as questões acerca do reconhecimento do patrimônio histórico, artístico e paisagístico brasileiro, a investigação poderá apoiar as atividades de extensão e, sobretudo, de ensino nas áreas da Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo, do Paisagismo e das Técnicas Retrospectivas.

## 2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

O primeiro passo que é a elaboração do levantamento - com base no banco de dados "Noronha Santos", que divide os imóveis de acordo com os estados da federação em que estão inseridos, e a busca da respectiva iconografia através da *internet* foi concluído. O segundo, as tabulações e os respectivos cálculos das frequências que se pretende obter através dos resultados levantados, visando preencher as expectativas expostas na introdução estão sendo realizados. Por fim, será feita a análise dos resultados obtidos.

Além da revisão bibliográfica, o levantamento e os respectivos quadros e reflexões terão como base, em especial, os bens contidos em três livros: o Histórico, o de Belas Artes e o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.



Figura 1: Bens incluídos no levantamento. Igreja de Santa Efigênia, Ouro Preto, MG; Catedral Metropolitana de Brasília, Brasília, DF; Caixa D'água na Praça Piratinino de Almeida, Pelotas, RS.

Fotomontagem. Acervo do autor, Lucas Bittencourt, 2010.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Até o momento se tem como resultado a finalização do levantamento dos imóveis e de suas respectivas iconografias. A pesquisa segue dentro do cronograma. Como discussão espera-se comprovar ou não a existência de linguagens e/ou distribuições físico-espaciais mais privilegiadas, bem como a identificação de possíveis fases no tombamento desses bens na trajetória do IPHAN e dentro do contexto histórico-social em que se estabelecem as práticas de preservação patrimonial no Brasil. Apoiar as atividades de extensão e ensino na área da Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo, do Paisagismo e das Técnicas Retrospectivas, expondo esses resultados, esclarecendo acerca das questões patrimoniais e contribuindo para a formação de uma mentalidade digna de uma sociedade que esteja atenta às questões que encerram a prática de preservação do seu patrimônio.

## 4 REFERÊNCIAS

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1994.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Arquivo Noronha Santos**. Disponível em:<  
<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em 19 jul. 2010.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte Como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Perspectiva, 2009.